

**A FREGUESIA DE NOSSA
SENHORA DOS MILAGRES
DO CARIRI DE FORA:
FONTES PARA O ESTUDO
DA POPULAÇÃO AFRICANA
ESCRAVIZADA NOS
PERÍODOS COLONIAL E
IMPERIAL (1752-1872)**

**THE PARISH OF NOSSA SENHORA DOS MILAGRES DO CARIRI DE FORA:
SOURCES FOR THE STUDY OF THE ENSLAVED AFRICAN POPULATION
DURING THE COLONIAL AND IMPERIAL PERIODS (1752-1872)**

Ciências Humanas • 21/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792556865](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792556865)

Faustino Teatino Cavalcante Neto¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é o de apresentar como, entre os séculos XVIII e XIX, se constituiu e se consolidou o papel da Igreja Católica nos Cariris Velhos da Capitania da Parahyba, por meio da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, fundada em 1750, dando ênfase ao papel desempenhado pelos diversos padres que, a partir da Igreja Matriz, das capelas e dos oratórios de fazendas, produziram um significativo conjunto documental de registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos que se constitui como um dos principais acervos para a história do povo africano do Cariri paraibano.

Palavras-chave: Cariri paraibano; Povos Africanos; Fontes Eclesiásticas.

ABSTRACT

This article aims to examine how the role of the Catholic Church was established and consolidated in the Cariris Velhos region of the Capitania of Parahyba between the 18th and 19th centuries, through the parish of Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, founded in 1750. It emphasizes the role played by various priests who—operating from the parish church, local chapels, and plantation oratories—produced a significant body of documentation, including records of baptisms, confirmations, marriages, and deaths. This collection serves as one of the primary sources for the history of African peoples in the Cariri region of Parahyba.

Keywords: Cariri region of Parahyba; African peoples; Ecclesiastical sources.

INTRODUÇÃO

As pesquisas de Galiza (1979), Pequeno Filho (2014), Cavalcante (2015), Alves (2015) e Brito (2024) dão conta de como ocorreu a presença de povos africanos que foram escravizados no Cariri paraibano entre os séculos XVIII e XIX. De modo mais específico, outros autores estudaram como este processo ocorreu nos territórios que atualmente correspondem a alguns municípios desta região, a saber: Aires (2000), no de Parari; Queiroz (2005), no de Taperoá; Queiroz (2013), no de Sumé; Silva (2018), no de Serra Branca; Berto (2018), no de Livramento; Nascimento (2020), no de Sumé; Silva (2021), no de Camalaú; e Silva (2025), no de Monteiro/Zabelê. Sendo assim, reiteramos que estes estudos são prova de como ocorreu a presença de povos africanos escravizados nesta microrregião da Paraíba.

Todavia, diferentemente de tais autores, objetivamos realizar uma apresentação do processo que possibilitou o surgimento da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, espaço religioso este que terminou por se constituir como produtor de um dos principais acervos de documentos para os estudos da população africana escravizada no Cariri paraibano nos períodos colonial e imperial (1750-1889). Sobre essa nossa constatação, nos foram fundamentais as tabelas em Excel organizadas pelos historiadores Solange Mouzinho Alves (2015) e Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015), que tiveram por base os livros de registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos dessa Freguesia arquivados na Secretaria Paroquial da Igreja de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri². A primeira pesquisadora, estudando esses livros, entre os anos de 1752-1837, mapeou 749 batismos, 435 crismas, 132 casamentos e 373 óbitos de escravizados³. Já o segundo estudioso se dedicou apenas aos livros de registros de batismos e óbitos, entre os anos de 1850 e 1872, catalogando 1522 batismos e 211 óbitos de

escravizados⁴. Esse historiador não estudou os livros de crismas e casamentos pelo fato de os mesmos não existirem nos arquivos da Igreja de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri. Ou seja, a maioria da documentação catalogada por Alves (2015) diz respeito ao período colonial e a juntada por Cavalcante (2015) é do período imperial. Diante de relevante acervo documental, resolvemos apresentar o processo em que surgiu e se consolidou o espaço que o produziu, qual seja: a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora da Capitania da Parahyba⁵.

A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES DO CARIRI DE FORA

Para efeito de estudo no presente texto, dentre os vários registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos da Freguesia do Cariri de Fora acima descritos, optamos por analisar apenas os 749 registros de batismos de crianças negras escravizadas catalogados por Alves (2015), uma vez que esse conjunto documental é o mais antigo dos levantados pelos dois historiadores, como também por apresentar um significativo quantitativo de pessoas e localidades (crianças, mães, pais, proprietários, padres, padrinhos, locais de batismos, etc) que possibilita a realização de inferências sobre como vivia a população africana no Cariri paraibano.

No que diz respeito aos locais onde ocorreram esses registros batismais ao longo do grande território que fazia parte do antigo Cariri⁶, esse banco de dados nos revela a seguinte conclusão:

Quadro 1. Locais dos Batismos da Freguesia do Cariri de Fora (1752-1822)

Locais de Batismos	Quantidade de Batismos
Matriz	191
Capelas dos povoados	75
Oratórios de fazendas	241
Locais fora da Freguesia	07
Ilegíveis/danificados	12
Não consta	223
Total	749

Fonte: Alves, 2015. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Sobre o primeiro local dos registros desses batismos apresentados no quadro (Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres), é importante começar destacando que, de acordo com Almeida (1978), a sua institucionalização ocorreu, em 3 de abril de 1750, quando a Igreja Matriz⁷ do lugar Travessia foi elevada à sede da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, pelo Decreto de Dom Luiz de Santa Thereza, bispo de Olinda e Recife. A categoria de Freguesia era então instituída pela Igreja Católica Romana e se referia a um território sob a jurisdição administrativa e espiritual de um pároco (Botelho; Reis, 2008 p. 90). Portanto, a criação dessa Freguesia constituiu a oficialização da presença daquela instituição religiosa, em 1750, naquele interior da Capitania, que abrangia o Sertão do Cariri e áreas adjacentes, com o objetivo do fortalecimento da tarefa colonizadora por parte de Portugal⁸.

A seguir, apresentamos um mapa da Capitania da Paraíba, de 1757, com as suas povoações e circunscrições, com destaque para a da

Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

Mapa 1. Povoações e circunscrições da Capitania da Paraíba em 1757



Fonte: Carvalho, 2008.

O mapa mostra que a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de fato abrangia o Sertão do Cariri e áreas adjacentes a norte e leste. De igual modo, Medeiros (1990, p. 37-38) diz que

*A Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora era jurisdicionante de um território muito maior do que o atual da microrregião dos Cariris Velhos (...); **e era mais extensa, ainda, quando foi criada, quando alcançava mais de um terço de todo o atual Estado da Paraíba**, porque, do então Sertão do Cariry, pertenciam-lhe Campina Grande e as atuais microrregiões do Agreste da Borborema e, parcialmente, do Piemonte da Borborema, indo até as fazendas que beiravam as Ribeiras das Espinharas e do Sabugi, limitando-se, ao norte, com a Freguesia da Senhora Sant'Ana de Caicó, a leste com as Freguesias de Nossa Senhora das Neves da Cidade da Paraíba e de Nossa Senhora do Pilar, ao sul, a Freguesia do Cariri esbarrava na linha que hoje serve de divisória entre a Paraíba e Pernambuco. **Depois que se criou, em 1769, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande, a de Nossa Senhora dos Milagres se reduziu, praticamente, à área do então Sertão do Cariri.** (Grifos nossos).*

Sobre a localização do lugar Travessia, onde foi edificada a Matriz, o Relatório que Clemente Amorim e Souza, Capitão-Mor do Cariri de Fora, da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, da Capitania da Parahyba do Norte, fez ao governador Geral do Brasil, em 1757, ao mencionar as fazendas instaladas naquele território, cita a dita povoação nos seguintes termos: “Do Curral de Baixo ao sítio do Posso das Pedras são duas léguas e daí ao sítio do Curral do Meio é uma légua e daí ao sítio do Açude é légua e meia e daí a **travessia donde está edificada a Matriz** e defronte o sítio Caraibeira é um quarto de légua (...).” (Medeiros, 1990, p. 42). (Grifos nossos).

Essa fonte cita a presença das primeiras fazendas de gado instaladas ao longo dos rios do Sertão do Cariri (Medeiros, 1990, p. 40-43), que, após 1769 (com a criação a Freguesia de Nossa Senhora da

Conceição de Campina Grande), passou a ser também a área da referida Freguesia. A partir desse Relatório, contabilizamos 89 fazendas que estão assim apresentadas: considerando que o Rio Paraíba se constitui a partir da confluência dos Rio do Meio (Rio Monteiro), Rio da Serra (Rio Umbuzeiro) e Rio Sucurú, contabilizamos o total de 37 núcleos de colonização portuguesa em todo o seu trajeto, sendo 5 deles localizados ao longo primeiro, 7 do segundo, 8 do terceiro e 17 a partir do local onde os três se encontram formando um único grande rio; considerando que o Rio Travessia (Taperoá), principal afluente do Rio Paraíba, se constitui a partir dele e de seus afluentes, pudemos identificar 52 núcleos de colonização portuguesa, sendo 21 ao longo do Rio Travessia e 31 nos seus afluentes: 6 no Coroatá, 7 no Padre, 2 no Timbaúba, 1 no Serra Branca, 5 no São José, 6 no Mucuitú, 3 no Riachinho (Salgado) e 1 no Olho D'água. Na imagem a seguir visualizamos a bacia hidrográfica do Rio Paraíba e do Rio Taperoá.

Mapa 2. Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba com destaque em vermelho para a bacia do Rio Taperoá



Fonte: AESA, 2020.

A povoação de Travessia, a partir de sua Igreja Matriz, passou então a ser o centro administrativo eclesiástico de toda área colonizada conhecida como Cariri de Fora, uma vez que, a partir de 1750, passou a contar com estrutura eclesiástica que fazia com que para lá fossem os moradores a fim de realizarem os registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos. A seguir apresentamos uma imagem como a configuração mais recente desse templo religioso.

Imagem 1. Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/egbertoaraujo/5108167738>

Ainda sobre os limites da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, estabelecida em 1750, Medeiros (1990, p. 15) também diz que eles abrangiam uma jurisdição muito extensa, mesmo desmembrando-se dela, em 1769, a “Freguezia de Campina Grande da Senhora da Conceição (...), com vinte e uma légoas de largo para o sul (...) e de comprido vinte e duas para o poente” (Menezes apud Medeiros, 1990, p. 15). Sobre a sua dimensão territorial, sua economia e seus núcleos de colonização, vejamos:

Freguezia dos Cariris de Fora Nossa Senhora dos Milagres

Esta Freguezia fica ao Puente, e dista da Cidade [Parahyba] sessenta legoas, sessenta e uma da Costa, composta de Portuguezes, tem vinte e cinco legoas de largo para o Norte confina com a Campina Grande, e de comprido quarenta e cinco para o Poente confina com a Freguezia de Caicó; o seu Commercio he gado vacuum e Cavallar; tem cura amovível, e pelo rol de desobriga de 1774 tem duas Capelas filiaes; oitenta e sete Fazendas; 410 fogos; e 1799 pessoas de desobriga. (Menezes, 1774, p. 17).

A partir dessa fonte, Medeiros (1990) também diz que, nesse tempo (1774), o território da povoação do Cariri de Fora já era o mais importante centro de toda a Borborema, cuja economia se baseava na criação e no comércio de gado *vacum* e *cavallar*, estando atrás das Freguesias do interior, em termos de números de igrejas, capelas, fazendas, fogos (moradias) e pessoas, apenas para a de Pombal⁹. Para fins de comparação destes números, vejamos o quadro que segue:

Quadro 2. Freguesias da Capitania da Parahyba em 1774¹⁰

Freguesia	Fundação	Igrejas	Capelas	Fazendas	Engenhos
Nossa Senhora das Neves – Parahyba	1584	9	33	-	17
Nossa Senhora do Bom Sucesso – Pombal	1721	1	14	56	-

△ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, ac <https://revistatopicos.com.br/artigos/a-freguesia-de-nossa-senhora-dos-milagres-do-cariri-de-foi-populacao-africana-escravizada-nos-periodos-colonial-e-imperial-1752-1872?nc>

Fonte: Menezes, 1774, p. 21.

Por meio de um Alvará, publicado em 17 de abril de 1776, a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres foi elevada à categoria de Julgado com o nome de Cariri Velho ou Cariri de Fora, que também compreendia a Freguesia de Campina Grande, criada em 1769,

sendo o novo Julgado jurisdicionado à Comarca da cidade de Parahyba, o primeiro de todo o interior da Capitania, no qual se passava a ter uma jurisdição de um juiz¹¹. Durante o período colonial, os julgados (setor judiciário) foram criados com a função de zelar pela ordem das Freguesias, estando essa nova esfera jurídica submetida à circunscrição eclesiástica. Assim, a partir de 1776, a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres passou a contar com estrutura jurídica que fazia com que para lá fossem “(...) fregueses lavrar as escrituras, proceder aos inventários, apresentar as petições a transmitirem em juízo.” (Almeida, 1978, p. 39).

Vinte e quatro anos depois, em 1800, o povoado de Travessia se elevou à categoria de vila, passando a se chamar Villa Real de São João do Cariri, em homenagem a D. João VI, então príncipe regente de Portugal. Contudo, conforme aponta Pinto (1977, p. 216; 229), a instalação da mesma ocorreu três anos mais tarde, por meio de uma Carta Régia de 1803. Durante o período colonial, a vila correspondia, em âmbito local, à administração municipal e, portanto, o território que recebesse este título poderia instalar na sua sede a Câmara Municipal que era a instituição dos poderes legislativo e executivo. (Salgado, 1985, p. 70). A seguir apresentamos um quadro com as 10 vilas da Capitania da Paraíba que foram criadas no período colonial. Vejamos:

Quadro 3. Vilas da Capitania da Parahyba até 1822

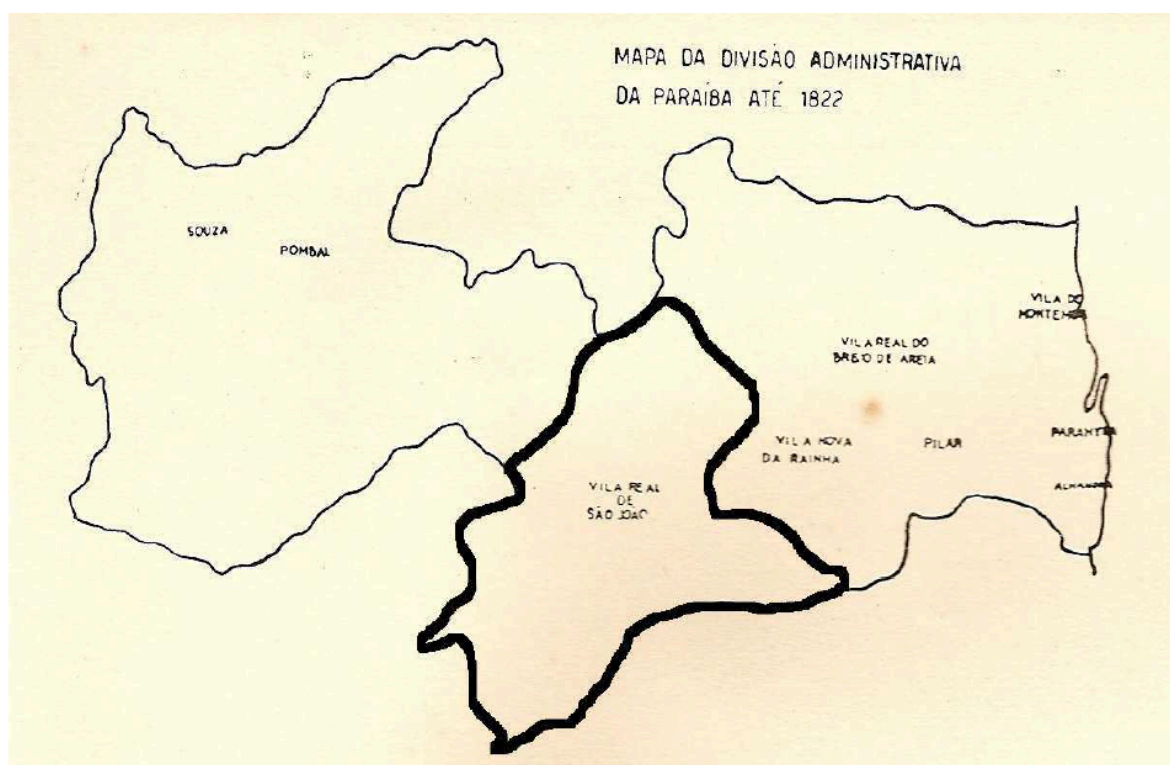
Nome das Vilas	Ano de criação
Vila de Baía da Traição	1758
Vila de Pilar	1758
Vila de Alhandra	1758

Vila de Monte-mor	1762
Vila de Conde	1768
Vila de Pombal	1772
Vila Nova da Rainha	1790
Vila Real de São João do Cariri	1800
Vila Nova de Souza	1800
Vila Real do Brejo de Areia	1815

Fonte: Pinto, 1977.

A seguir apresentamos uma imagem com a distribuição das vilas da Capitania da Parahyba durante o período colonial, com destaque para o território municipal da Villa Real de São João do Cariri.

Mapa 3. Divisão administrativa da Capitania da Parahyba até 1822



Fonte: Atlas Geográfico da Paraíba, 1965.

Sendo assim, vemos que, ao longo da segunda metade do século XVIII, a área que corresponde ao atual Cariri paraibano passou a ter uma organização eclesiástica (1750), judiciária (1776) e política (1800/1803) que cumpria com a finalidade colonizadora daquele território. Para fins de análise desse texto, buscamos dar ênfase à primeira dessas três instituições (a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres), destacando que a mesma, ao cumprir seu papel evangelizador/colonizador, também produziu uma documentação religiosa sobre a sua população africana escravizada.

Nesse sentido, é importante destacar que, a partir da criação da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, em 1750, os padres que para ali foram designados ficaram responsáveis por fazerem os registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos, sendo estas, como já dito, as principais fontes que nos possibilitam estudar o povo negro escravizado do Cariri paraibano. Sobre a administração eclesiástica, Rocha (2009) nos afirma que a:

(...) estrutura eclesiástica que havia sido definida pelo Concílio de Trento (...) apresentava a seguinte divisão: arcebispado, bispado (ou diocese) e paróquia (ou freguesia). O pároco era nomeado pelo bispado responsável pelo território da Paraíba – na época pertencente a Olinda/PE -, com atribuições de dirigir a paróquia e cuidar da vida religiosa de seus fiéis; tinham inclusive a responsabilidade de anotar os sacramentos administrados pelo pároco ou capelão, ou sacerdote regular, ou por leigos, em livros específicos, conforme o sacramento administrado (batismo, matrimônio ou outro). (Rocha, 2009, p. 160). (Grifos nossos).

Eram os padres os responsáveis pela administração dos sacramentos cristãos do *Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos, Ordem e Matrimônio*, os quais deveriam ser registrados nos livros paroquiais. Para tanto, desde 1707, foram criadas as Constituições do Arcebispado da Bahia, uma legislação que normatizava tais anotações de modo que fazia com que as mesmas não fossem feitas de maneira aleatória. Castro (2011) informa que existia uma preocupação com a administração destes sacramentos, pois era a partir deles que a Igreja se firmava na sociedade colonial.

Ao verificarmos os 749 registros nos Livros de Assentos de Batismos 1, 2 e 3, folhas 02 a 91, de 1752-1837, identificamos os nomes dos seguintes padres como tendo realizados aqueles sacramentos nas crianças escravizadas. Vejamos:

Quadro 4. Nomes dos padres da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres no período colonial (1752-1815)

Nº	Nomes dos padres	Anos	Nº de registros
01	Antônio Rodrigues [Roiz] Pires	1752-1780	83
02	Fabricio da Porciuncula Gameiro	1789-1798	76
03	Joaquim Jozé de Veras	1786-1798	74
04	Antônio de Santa Tereza de Jesus	1786-1801	59
05	José Ignacio dos Santos Leal	1791-1815	55
06	Veríssimo Machado	1798-1801	55

07	José Coelho de Lemos	1786-1794	35
08	Mathias da Graça	1760-1772	22
09	Cipriano Jozé da Camara Gondim	1772-1777	21
10	Norberto de Jesus Maria	1763-1772	14
11	Francisco Xavier Ordenha de Sopeda	1773-1777	13
12	João David Madeira	1806-1807	12
13	Manoel Enriques	1813-1815	12
14	Domingos da Cunha Figueira	1754-1769	10
15	Domingos de Faria Castro	1754-1763	09
16	Francisco da Nunciação	1766-1770	08
17	José de Santo Antonio	1789-1790	08
18	Mathias Mendes Vianna	1758-1762	08
19	Francisco das Chagas Callado	1774-1780	07
20	José da Sumpção	1766-1769	07
21	José de Sam Jerônimo	1777-1778	07
22	Joze Felis de Moraes	1808-1815	07
23	João Baptista de Ferreira	1754-1761	06
24	João Baptista Sardanha de Jesus	1764-1773	06
25	Alexandre de Sam Jozé Maria	1772-1775	05

26	Antônio da Maternidade	1789-1790	05
27	Caetano de São José	1791	05
28	Felippe da Conceição	1770-1774	05
29	José Correa de Santa Ana	1756-1761	05
30	Antônio Duarte Bezerra	1764-1766	04
31	Bartolomeo Alves	1813-1815	04
32	Galdino da Costa Vilar	1815-1816	04
33	João de Moura	1769	04
34	Joaquim da Cunha Porto	1765-1773	04
35	José Gonsalves da Silva	1789	04
36	Antônio Felix da Santa	1756-1768	03
37	João de Santa Delfina	1753-1815	03
38	João José de Sousa	1799-1800	03
39	Ângelo Custódio de Jesus Maria	1796-1798	02
40	Bento Francisco de Farias Braga	1799	02
41	Francisco de Santa Ana	1787	02
42	Ignacio de Santa Quitéria	1789-1790	02
43	Joaquim do Rosario	1770	02
44	José Antonio Caetano de Mesquita	1786-1787	02
45	José de Santa Theresa de Jesus	1754-1757	02
46	Mauro da Conceição	1769	02

47	Pedro da [?]	1762	02
48	Sylvestre de São Joze	1775-1776	02
49	André de Miranda Roxa	1796	01
50	Antônio da Assumpção	1768	01
51	Antônio de Santa Catharina	1771	01
52	Antônio de São Raymundo	1762	01
53	Antônio Mendes Azevedo	1792	01
54	Capitão Jozé Pereira de Castro	1787	01
55	Dom Joaquim de Santa Anna	1758	01
56	Dom Miguel Gomes de Faria	1757	01
57	Faustino Ferreira Cabral	1764	01
58	Francisco Alves [?]	1753	01
59	Francisco da Rocha	NC	01
60	Francisco das Merses	1756	01
61	Jeronino de Matos	1766	01
62	João Barbosa de Gois Silva	1791	01
63	João da Santa Ana Roxa	1795	01
64	João da Silva Braga	1769	01
65	João Lourenço Paz	1793	01
66	Joaquim José das Neves	1787	01

67	José da [?]	1755	01
68	José da Costa Calado	1768	01
69	José da Cunha	1764	01
70	Manoel da Costa Palmeiro	1791	01
71	Manoel Gomes da Silva	1761	01
72	Polycarpo Lopes da Silva	1763	01
73	Theodosio Joaquim da [?]	1768	01
-	Ilegíveis	-	11
-	Não constam assinaturas	-	21
Total de Registros	749		

Fonte: Livros de Assentos de Batismos 1, 2 e 3 da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora. Quadro elaborado pelo autor do texto. (Grifos nossos).

Dos 749 assentamentos de batismos de crianças negras escravizadas, registrados entre 1752 e 1815, nos livros da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, 717 aparecem assinados por 73 padres, 11 se encontram ilegíveis e 21 não constam assinaturas. Dentre os 73 padres mencionados, vemos que alguns assinaram uma maior quantidade de registros em um tempo também maior, correspondendo, portanto, aos párocos que assumiam o comando da Freguesia sediada na povoação de Travessia, depois Vila Real de São João do Cariri. Importante destacar que alguns desses padres eram integrantes das mesmas famílias dos colonizadores daquele território, a exemplo de Domingos de Faria Castro, Mathias Mendes Vianna e Galdino da Costa Vilar, como analisado por Rietveld (2015).

Como dito no início desse texto, nesses 749 registros de batismos de crianças negras escravizadas, os padres citam como locais desse sacramento a Igreja Matriz (191), as capelas (75), as fazendas (241) e outros locais fora da Freguesia (07), como disposto no Quadro 1.

Entre os locais descritos, vemos que a sede da Freguesia apresentou a segunda posição em números de registros batismais (191), ocorrendo o maior número desses rituais nas fazendas (241), certamente em oratórios particulares constituídos nestes locais. Como se tratava de um grande território, onde muitos fazendeiros residiam distantes da sede da Freguesia e tinham dificuldades de sempre irem até à Igreja Matriz, outros espaços religiosos foram se constituindo assegurados pela própria legislação eclesiástica que determinava que, na impossibilidade da ida à paróquia, o ritual deveria ser realizado em oratórios ou capelas.

Os estudos que analisam a arquitetura das casas das fazendas pecuárias desse período dão conta que a família fazendeira não abria mão de ter um espaço em sua casa destinado à sua prática religiosa, o que levou a instalação de oratórios ou altares particulares instalados, geralmente, nas salas de visita ou em algum espaço mais reservado. Segundo Rietveld (2015, p. 113), o oratório era “(...) um santuário que pertenceu ao mobiliário das casas sertanejas de taipa mais antigas e que ocupava um espaço especial dentro das residências. Existia uma grande diversidade de forma, de tamanho e de decoração.”

Os 749 registros de batismos de crianças negras escravizadas também citam que 71 deles tiveram as capelas como locais daquele sacramento. Apesar de Menezes (1774, p. 17) mencionar que naqueles anos existiam apenas 2 capelas na Freguesia do Cariri de

Fora, esses 71 registros de batismos de crianças escravizadas aparecem como ocorridos em 5 capelas de povoados da citada freguesia. Apresentamos no quadro a seguir, portanto, essas primeiras capelas e os respectivos registros de crianças escravizadas nelas batizadas:

Quadro 5. Capelas e respectivos registros de batismos de crianças escravizadas

Capelas	Padroeira	Primeiro Registro	Nº de registros
Congo	Sant'Ana	1773	45
Cabaceiras	Nossa Senhora da Conceição	1757	16
Pombas	São José	1787	07
Caraúba	São Pedro	1796	02
Boqueirão	Nossa Senhora do Desterro	1769	01
Total de Registros			71

Fonte: Livros de Batismos 1, 2 e 3. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Dito isto, concluímos que esses padres foram muito presentes nos oratórios de fazendas, na Matriz da vila e nas capelas dos povoados realizando os sacramentos católicos sobre os povos africanos escravizados, mas, também, geraram uma rica documentação que tem contribuído para sanar uma grande lacuna historiográfica a respeito dessa população negra do Cariri Paraibano. Desde 2014,

temos acompanhado um significativo número de artigos, dissertações e tese que têm se utilizado desse acervo documental eclesiástico para evidenciar uma parcela da população desse território que, por muito tempo, foi marginalizada não só economicamente, mais, também, dos livros de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi o de apresentar como, entre os séculos XVIII e XIX, a Igreja Católica se constituiu nos Cariris Velhos da Capitania da Parahyba, por meio da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, fundada em 1750, destacando como os seus diversos padres, ao desempenharem seus papéis religiosos de agentes colonizadores realizando os sacramentos de batismos, crismas, casamentos e óbitos sobre o povo africano escravizado, também produziram um importante acervo documental que tem se apresentado como muito importante para os recentes estudos sobre essa população do Cariri paraibano. Longe de serem apenas registros burocráticos de controle da Igreja Católica, esses documentos revelam fraturas no silenciamento histórico, permitindo vislumbrar as formações familiares, as estratégias de sobrevivências e as complexas redes de sociabilidade tecidas pela população escravizada.

Contudo, a abordagem dessas fontes exige do historiador um rigoroso exercício metodológico de "ler a contrapelo". É necessário cruzar os dados quantitativos e qualitativos com outras fontes documentais, superando as lacunas, os preconceitos institucionais e a padronização dos escravos da época. O silêncio das fontes eclesiásticas sobre as resistências cotidianas, muitas vezes, diz tanto quanto o que foi explicitamente registrado.

Em suma, este estudo reitera que os arquivos paroquiais não tratam apenas da imposição de uma fé, mas guardam fragmentos vitais da memória e da identidade africana e afro-brasileira. Esperamos que as reflexões aqui propostas estimulem novas investigações locais e regionais, que continuem a descentralizar a narrativa histórica tradicional e a dar voz aos sujeitos históricos que, apesar das amarras da escravização, foram protagonistas de suas próprias trajetórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **De Pombas à Parari: três séculos de história (1709-2000)**. João Pessoa, 2000.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária, 1978.

ALVES, Solange Mousinho. **Parentescos e sociabilidades: experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri), 1752- 1816**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BOTELHO, Angella Vianna e REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil: colônia e Império**. 6.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRITO, Fernanda Borges de. **As mulheres negras escravizadas na Villa Real de São João do Cariri: o cotidiano no sertão do Cariri paraibano (1850-1884)**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2024.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Formação territorial da Mata Paraibana, 1750-1808**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

CASTRO, José Luiz de. **Transgressão, controle social e Igreja Católica no Brasil colonial:** Goiás, século XVIII. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

CASTRO, Maria Isabel Pimentel de. **Patrimônio fundiário e poder na Paraíba:** Comarca de São João do Cariri (1889-1930). Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade:** a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no Cariri paraibano. 2015. p.183. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba:** 1850-1888. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora.** São Paulo, 1990.

MENESES, Capitão-mor José César. Breve notícia da Capitania da Parahyba. In: _____. **Relatório de 1774 sobre as capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Siará Grande.** “Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”, Volume XL., 1918.

PEQUENO FILHO, José de Sousa. **Experiências vividas:** escravidão e formação histórica de São João do Cariri 1783-1843 – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2014.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba.** Volume 1. Editora Universitária/UFPB, 1977.

QUEIROZ, Ivandro Batista de. **A História Social da escravidão na Paraíba.** Um Estudo de Caso: SuméPB (1873-1888). Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

QUEIROZ, Josélia Araújo Cavalcante. **Escravidão para além do engenho:** práticas e vivências em Taperoá-PB (1840-1888). Monografia (Especialização em História do Brasil). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2005.

RIETVELD, Padre João Jorge. **Aspectos históricos do catolicismo no Sul do Cariri paraibano.** Campina Grande: Erik M.F. Brito Editor, 2015.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista:** população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

ROHAN, Beaurepaire. **Corographia da Parahyba do Norte.** v. 1. manuscrito, 1861.

SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e Meirinhos:** a administração no Brasil Colonial. Arquivo Nacional (Brasil). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Viagem através da Província da Paraíba.** João Pessoa: A União CIA. Editora, 1985.

SILVA, Maricélio Januário da. **A comunidade camponesa negra no sítio Roça Velha de Camalaú – PB:** a questão agrária e o ensino de Sociologia. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia em Rede Nacional. Universidade Federal de Campina Grande. Sumé, 2021.

SILVA, Shirley Bezerra Felix da . **Um "paraíso" no Império:** parentesco, doenças e herança – experiências de escravizados em Alagoa do Monteiro, Parahyba do Norte (1850-1873). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2025.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. “Poder e política na Paraíba: Colônia e Império”. In: ____ (et ali). **Estrutura de poder na Paraíba.** João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1999, p. 19-37.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG), lotado na Unidade Acadêmica de Educação do Campo (UAEDUC). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4920-3612>.

² Essas tabelas em *Excel* foram elaboradas por esses pesquisadores quando da realização de seus mestrados junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB e repassadas ao professor Faustino Teatino Cavalcante Neto, líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência no Cariri Paraibano (NUCARIRI/UFCCG/CDSA/UAEDUC), para fins de pesquisas.

³ As tabelas em *Excel* que foram organizadas por Alves (2015) tiveram por base as seguintes fontes: livros de Assentos de Batismos 1, 2, 3, 4 e 5, de 1752-1837; livro de Assentos de Crismas, de 1778-1816; livros de Assentos de Casamentos 1 e 2, de 1752-1816; e livro de Assentos de Óbitos 1, de 1752-1808.

⁴ As tabelas em *Excel* que foram organizadas por Cavalcante (2015) tiveram por base as seguintes fontes: livros de Assentos de Batismos 8, 9, 10, 11, 12 e 13, de 1846-1871; e livro de Assentos de Óbitos 15, de 1870-1876.

⁵ A Capitania da Parahyba foi criada do desmembramento de seu território da Capitania de Itamaracá por ordem do rei de Portugal, em 1534, em razão da Tragédia de Tracunhaém (episódio no qual os povos originários mataram todos os moradores do engenho Tracunhaém. Mas, a Capitania da Parahyba foi anexada à de Pernambuco em 1756, ficando nesta condição até 1799 (43 anos), quando conseguiu a sua definitiva separação. Portanto, as decisões da administração colonial, durante o processo de interiorização destes 43 anos, advinham de Pernambuco. Cf. Silveira, 1999.

⁶ O território dos Cariris de Fora era bem maior que o da mesorregião do Cariri paraibano (composto de 29 municípios), se estendendo aos atuais municípios, ao norte, de Boa Vista, Soledade, Juazeirinho, Tenório, Picuí, Pedra Lavrada, Cubati, Olivedos e Pocinhos; e, ao leste, de Queimadas, Aroeiras, Gado Bravo, Santa Cecília, Natuba e Umbuzeiro.

⁷ Templo esse que havia sido construído sob a orientação dos padres da Companhia de Jesus, os Jesuítas (mas, sem registros de quando esta construção teve início), que ali tiveram uma fazenda de criar gado. Os Jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759. Mas, já haviam saído de Travessia para a capital em 1745. Cf. Castro, 2021.

⁸ Apesar da instalação da Freguesia ter se dado em 1750, há referências a criação do Curato (território da Igreja Católica que ficava sob os cuidados de um cura residente) em 1718. Seixas (1985),

ao analisar o livro de tombo da igreja de São João do Cariri, cita o *Curato do Cariri de Fora*; Beaurepaire Rohan (1861), que foi presidente da Província da Parahyba entre 1857 e 1859, também o cita datado de 1718.

⁹ Até o século XVIII, a Capitania da Parahyba tinha 10 Freguesias, 6 distribuídas no litoral e 4 no interior. As do litoral eram: Freguesia de Senhora das Neves da Capitania da Parahyba (1584), Freguesia de Senhora Rainha dos Anjos do Taipu (1745), Freguesia de Nossa Senhora de Assunção de Alhandra (1749), Freguesia de Nossa Senhora da Penha de Taquara (1758), Freguesia de São Miguel de Baía da Traição (1762) e Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres do Monte-Mor de Preguiça (1762). Já as do interior eram: Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso – Pombal (1721), Freguesia de Senhora dos Milagres dos Cariris de Fora (1750), Freguesia de Senhora do Pilar (1758), e Freguesia da Senhora da Conceição de Campina Grande (1769). Cf. Silveira, 1999, p. 28-29.

¹⁰ O Capitão-General José César de Meneses, governador da Capitania de Pernambuco e suas anexas (1774-1787), dentre estas estava a da Paraíba, redigiu seu *Relatório de 1774 sobre as capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Siará Grande*, no qual consta uma *Breve Notícia da Capitania da Parahyba* (1774), onde, entre muitas outras informações, refira-se às freguesias, vilas e ribeiras que faziam parte dessa capitania, tendo sido publicado em 1918 e republicado em 1923, nos “Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”, Volume XL.

¹¹ Apesar da instalação do Julgado do Cariri de Fora ter se dado em 1776, sua criação data de 1710. Segundo Seixas (1985, p. 140): “Em 1710, a pedido do governador João Maia da Gama, determinou S.

Majestade que fossem criados dois julgados nos sertões da Paraíba, a fim de dar assistência judicial e administrativas aos milhares de habitantes expostos aos vícios e a toda sorte de misérias, até que se consedesse faculdade ao ouvidor geral para que naqueles lugares edificassem vilas. Os dois julgados únicos e mais antigos criados da capitania, criados por ordem de S. Majestade, foram os de Piancó e Cariri Velho. Enquanto o de Piancó (Pombal) começou logo a funcionar em 1711, o do Cariri Velho, também chamado Cariri de fora, só a partir de 1776 é que teve lugar a sua instalação e, na verdade, quando começou o seu foro civil, cuja sede foi S. João do Cariri.”